

# Seguro ambiental obrigatório

LUIZ AUGUSTO GERMANI \*

**N**a Câmara dos Deputados, tramitam dois Projetos de Lei – PL 937/03 e PL 2313/03 – com o objetivo de proteger o meio ambiente por meio da contratação de seguro de responsabilidade civil por dano ambiental.

O primeiro é facultativo, mas estabelece condições para a concessão de licença ambiental vinculada à contratação do seguro. A obrigação de realizar auditorias para a verificação de passivos ambientais passará da administração pública para a iniciativa privada.

O segundo propõe a obrigatoriedade da contratação do seguro para o exercício de qualquer atividade econômica potencialmente causadora de dano ambiental, exercida por pessoa jurídica ou física, em zona urbana ou rural. É um requisito para expedição de quaisquer inscrições em órgãos públicos, provisões de registro, termos de vistoria, certificações de regularização e alvarás de funcionamento. Se o Projeto for convertido em Lei, todo o imóvel rural, para ser explorado economicamente, em qualquer atividade (agropecuária, turismo, lazer), deverá, anualmente, contratar um seguro de responsabilidade ambiental.

A cada vistoria ou inspeção, os órgãos públicos ambientais poderão exigir a apresentação dos comprovantes dos seguros que vigoraram desde a data da vistoria ou inspeção imediatamente anterior. O segurado será obrigado a apresentar a apólice atual, para comprovar o seguro em dia. Se a autoridade fiscalizadora encontrar um "vá-

cuo" de tempo na cobertura do seguro, poderá impor uma multa igual ao dobro do valor do prêmio anual, por ano ou fração de ano, na data de sua aplicação.

Sem cobrir multas e fianças impostas pela administração pública ambiental ao poluidor, o PL prevê que o seguro indenizará: danos pessoais (morte, invalidez e assistência médica suplementar) e ambientais (prejuízos aos recursos naturais) decorrentes de contaminação (por substâncias tóxicas e por resíduos não perecíveis ou de difícil deterioração), da exploração depredatória ou por acidentes.

A indenização será paga pela companhia seguradora, independentemente da existência de culpa ou dolo:

- à vítima do sinistro e, no caso de morte, ao cônjuge e herdeiros, no caso de danos pessoais;
- ao segurado (o produtor rural, por exemplo), que deverá empregar os recursos na reparação dos danos ambientais, na forma que estabelecerem os órgãos ambientais governamentais, e sob a supervisão deles.

O PL determina que qualquer debate judicial acerca de uma apólice de seguro ambiental deverá obedecer ao rito processual sumário, muito mais ágil na sua tramitação, e que, mormente, tende a "prestigiar" o contratante segurado, o que elevará, sem dúvida, o custo do risco moral.

Como consequência natural das inúmeras exigências e obrigações imputadas, as seguradoras tenderão a não disponibilizar o produto no mercado. Neste caso, como se resolveria a situação do produtor sem contrato de um seguro nos moldes estabelecidos pelo PL. Ele será obri-

gado a parar a atividade?

Por outro lado, se contratar um seguro ambiental, nos moldes estabelecidos pelo PL, não estaria ele contratando uma espécie de "salvo-conduto" contra prejuízos ambientais que viesse a cometer?

É mais um PL acima da realidade. Apesar do atrativo mercado (cerca de 3 milhões de segurados somente na área rural), a dimensão dos riscos a serem assumidos pelas companhias seguradoras o torna inviável.

O ideal será que as seguradoras desenvolvam seguros ambientais em conjunto com os potenciais segurados e os agentes públicos ambientais. Atualmente, todo empreendedor deseja preservar o meio ambiente, até como fator de valorização de seu produto.

Para o produtor rural, em especial, já existem possibilidades de serem desenvolvidos seguros ambientais, como prevenção contra riscos de danos; por exemplo: seguro contra incêndio em matas nativas. Já existe no mercado securitário um seguro para matas exóticas denominado "Seguro Flores-tas", que, até com certa facilidade, poderia ser adaptado para matas nativas, de reserva legal e de preservação permanente.

Assim, mesmo sem obrigação legal, é compensador prevenir contra responsabilidades objetivas, que podem ser imputadas pelo Judiciário, contra eventuais futuras negativas de crédito por seqüestro de carbono, e contra redução de preço de produto, por falta de sustentabilidade ambiental. ■

\* Professor de Direito Agrário da FGV, e-mail: germani@germaninet.com.br